



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Tacyara de Cássia Almeida da Silva

**A estrutura do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma
avaliação preliminar.**

SALVADOR

1999

Tacyara de Cássia Almeida da Silva

**A estrutura do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma
avaliação preliminar.**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Faculdade de Ciências
Econômicas da Universidade
Federal da Bahia como requisito
parcial à obtenção do grau de
bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof^o Dr. Paulo
Raimundo de Almeida Brito.

SALVADOR

1999

RESUMO

O presente trabalho denominado “A estrutura do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma avaliação preliminar” foi elaborado tendo um duplo objetivo: o primeiro, como instrumento parcial de avaliação à obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas, da Universidade Federal da Bahia; o segundo fazer uma estimativa sobre as principais transformações ocorridas na estrutura do mercado de trabalho brasileiro durante a década de noventa .

SUMÁRIO

LISTA DA TABELAS E GRÁFICOS	4
1 INTRODUÇÃO	5
2 O MERCADO DE TRABALHO	7
2.1 COMPORTAMENTO DA PEA NO MERCADO DE TRABALHO	8
2.1.1 A força de trabalho	8
2.1.1 A movimentação do mercado	9
2.2 OS INDICADORES DO MERCADO	10
2.2.1 Taxa de participação	10
2.2.2 Taxa de emprego	11
2.2.3 Taxa de desemprego	12
2.2.4 Índice de subemprego	13
2.2.5 Taxa de rotatividade da mão de obra	14
2.2.6 Índices de salário reais e nominais	15
2.2.7 Índice de produtividade	16
2.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAL SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	16
3 PLANO REAL E A SUA CONJUNTURA	18
3.1 PROCESSO DE CONCEPÇÃO E IMPLANTAÇÃO	18
3.1.1 Ajuste nas contas do governo	18
3.1.2 Unidade Real de Valor	20
3.1.3 Instituição de uma nova moeda nacional	22
3.2 A CONJUNTURA ECONÔMICA DO BRASIL DURANTE OS PRIMEIROS ANOS DE ESTABILIZAÇÃO	23
4 A ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 90	28
4.1 A SITUAÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO NA PASSAGEM PARA A ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA	28

4.2	O GRAU DE FLEXIBILIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO	31
4.3	A INFORMALIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E A SUA CONSEQÜÊNCIA NA QUALIDADE DO EMPREGO	35
4.4	A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA	39
4.5	O POSICIONAMENTO DE CADA SETOR NA ATUAL ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS.

Gráfico 1	O desemprego cresce...	24
Gráfico 2	% real do PIB	26
Tabela 1	Taxa de desemprego aberto(%) – Médias Anuais - 1990 – 97	29
Gráfico 3	Taxa de Desemprego aberto (%)	32
Tabela 2	Duração do empregos em 1990 (%)	33
Tabela 3	Duração dos empregos na economia e na indústria,1991(%)	34
Tabela 4	Índice de rotatividade no emprego 1990-93	34
Gráfico 4	População ocupada por posição na ocupação na RMS	36
Tabela 5	Distribuição dos Ocupados por Forma de Participação RMS, Out.96 – Mar.99	37
Tabela 6	População ocupada por posição na RMS – 1990-97 (em %)	38
Tabela 7	Distribuição das famílias de acordo com o rendimento familiar, no Brasil, 1990-97	40
Tabela 8	Variação de pessoas, massas de rendimentos e rendimentos médios totais RMS, 1989-95(em %)	41
Tabela 9	Renda real por posição na ocupação (em reais de dez. 1995)	42
Tabela 10	Composição da ocupação por setor de atividade, 1991-95	43
Tabela 11	População ocupada por setores e ramos de atividade – RMS 1990 – 97 (em%)	44

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho denominado “A estrutura do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma avaliação preliminar” foi elaborado tendo um duplo objetivo: o primeiro, como instrumento parcial de avaliação à obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas, da Universidade Federal da Bahia; o segundo fazer uma estimativa sobre as principais transformações ocorridas na estrutura do mercado de trabalho brasileiro durante a década de noventa .

Consoante a este duplo objetivo, procurou-se adotar uma linha metodológica clara e coerente, na análise do nosso sistema econômico. Para tanto, efetuou-se uma elaboração teórica sobre o mercado de trabalho que permitisse uma melhor explicação dos conceitos, a fim de tornar mais didática a análise dos fenômenos econômicos abordados.

A escolha do tema se fez com base na importância fundamental que o mercado de trabalho exerce no funcionamento da economia, já que, a sua existência está relacionada com o surgimento do modo de produção capitalista, que introduziu a utilização do trabalho assalariado em larga escala.

Optou-se por centrar a análise no espaço brasileiro das regiões metropolitanas cobertas pela PME (Pesquisa Mensal de Emprego), área privilegiada na mensuração de seus movimentos econômicos. Em outras palavras, buscando preservar uma clareza conceitual e um rigor metodológico deliberadamente estipulou-se o comportamento do país a partir destes dados.

Assim, o capítulo 1 trata brevemente dos conceitos e definições do que vem a ser o mercado de trabalho e seus componentes; o 2, aborda o mais bem

sucedido plano de estabilização implantado, o Plano Real em seu processo de elaboração e implantação, assim como um breve comentário sobre a conjuntura econômica dos primeiros anos de estabilização; o capítulo 3, trata com uma maior riqueza de detalhes a conjuntura econômica do Brasil durante a década de 90, dando um enfoque no comportamento dos principais componentes da estrutura do mercado de trabalho neste período.

A pesquisa desenvolvida foi do tipo descritiva, buscando-se construir uma análise das principais conseqüências da estabilização da economia decorrentes da implantação do plano de estabilização sobre a estrutura do mercado de trabalho. Para alcançar esta meta foram utilizados como fontes de dados livros-texto e dados colhidos pela PED, PME e PNAD, limitando-se portanto a uma análise econômica mais quantitativa do que qualitativa dos impactos.

2 MERCADO DE TRABALHO

De forma muito ampla, podemos definir o mercado de trabalho como a compra e venda de mão de obra, indicando o local onde os trabalhadores (oferta) e os empresários (demanda) determinam juntos os níveis de salários, condições de trabalho e demais aspectos relativos às relações entre trabalho e capital.

Esta definição corresponde ao segmento do mercado formal de trabalho, no qual existem as relações contratuais de trabalho que estão ligadas a uma legislação específica e as forças do mercado. Em contraposição, existe o segmento informal onde prevalecem regras de funcionamento com um mínimo de interferência governamental. Mesmo que este segmento do mercado se desenvolva em grande escala, é através do segmento formal que a dinâmica da economia é fornecida e medida. Em especial em economias em desenvolvimento como é o caso da brasileira.

O mercado de trabalho não pode ser estudado sem levar em consideração os movimentos da atividade econômica. Pois, as principais variáveis que determinam o mercado de trabalho (salários, emprego, desemprego, rotatividade e produtividade) são influenciadas basicamente pela variação da atividade econômica do país.

Em períodos curtos, a atividade econômica pode apresentar ciclos de expansão e recessão que se sucedem com mais rapidez e as variáveis acima citadas seguem este fenômeno cíclico, seguindo uma tendência geral do mercado, fato que não nos impediu de ver comportamentos diferentes.

“ Regra geral, em períodos longos, o crescimento econômico conduz a um crescimento dos principais indicadores do mercado de trabalho. Os salários reais sobem, pois, com o crescimento, mais bens são colocados à disposição da coletividade, assim como o nível de

produtividade do trabalho é maior. Nenhuma inferência contudo, pode ser extraída com relação à distribuição de renda.”(Chahad, 1992, P. 380)

Vale ressaltar que algumas destas variáveis do mercado de trabalho apesar de seguir os movimentos da atividade econômica, relacionam se entre si.

2.1 COMPORTAMENTO DA PEA NO MERCADO DE TRABALHO

2.1.1 A força de trabalho

A partir de certos critérios, é possível conceituar o que se denomina força de trabalho ou População Economicamente Ativa como elementos que constituem o mercado de trabalho, o qual abastece as empresas em termos de necessidade de mão de obra. Ou seja, a PEA é vista como o conjunto de pessoas empregadas e desempregadas, num dado instante de tempo, a partir atividade econômica exercida pelos indivíduos. A PEA é um subconjunto da PIA (População em Idade Ativa).

A PIA pode ser dividida em dois grandes segmentos de trabalhadores, que estão ligados ao mercado de trabalho e à sua dinâmica na economia:

- a) População Não Economicamente Ativa formada por indivíduos que não fazem parte da força de trabalho e
- b) População Economicamente Ativa onde são encontrados os indivíduos empregados e desempregados que juntos formam a força de trabalho..

Enfim, esta classificação de enquadramento quanto à atividade econômica da PEA é universal. No entanto, existem algumas observações com relação a esta classificação que não devem deixar de ser destacadas como: (a) como o fato do indivíduo estar na idade ativa não o caracterizar como economicamente ativo; (b) o critério para se definir idade ativa é arbitrário,

variando entre países. No Brasil adota-se o critério de 10 anos como limite mínimo para idade ativa; (c)desemprego não significa inatividade.

A força de trabalho revela a potencialidade da oferta de trabalho imediatamente utilizável de um país.

2.1.2 A movimentação do mercado de trabalho

Os segmentos da população descritos se encontram em constante rotatividade, devido a diversos fatores como a alteração dos critérios de enquadramento , ou, as influências exercidas pelos ciclos da atividade de produção e o conseqüente impacto sobre a política administrativa adotada pelas empresas. Por exemplo, uma recessão transforma um empregado em desempregado, sem alterar o total da PEA. Da mesma maneira uma retomada de atividade econômica, que reempregue um trabalhador, mantém a PEA inalterada. No entanto, a expansão que propicie a ocupação de um indivíduo que estava no mercado de trabalho aumentará o número de empregados e o próprio número da força de trabalho.

Este processo de mutação ocorre de forma dinâmica e simultaneamente, porém nem sempre na mesma intensidade, esteja a economia em crescimento acelerado ou recessão. Deve-se ainda notar que o mercado de trabalho depende do nível de demanda por mão de obra.

Mesmo que a teoria possa sugerir que o número de vagas seja igual ao número de desempregados, isso é difícil de ocorrer no processo dinâmico que caracteriza esses movimentos no mercado de trabalho. O estoque de desempregados tende a ser maior que o número de vagas existentes.

Em épocas de recessão, quando o setor privado encontra-se em dificuldades para manter o nível de demanda por mão de obra, surge então o próprio governo como elemento de manutenção do nível de demanda, significando assim, uma mudança na estrutura do mercado de trabalho.

Com relação ao crescimento populacional este tende a influenciar o tamanho da PEA, seja até mesmo decorrente de fluxos migratórios ou da retirada de trabalhadores da força de trabalho. Este segundo movimento é denominado de “trabalhador desencorajado”, que resulta numa diminuição artificial do estoque de desempregados, gerando uma falsa subestimação das taxas de desempregados. Este fenômeno é comumente observado em época de recessão intensa quando as oportunidades de trabalho se estreitam. Quando analisamos esta dinâmica da força de trabalho no curto prazo ela se apresenta ligada ao ciclo de produção. Já no longo prazo, o fator mais importante é o crescimento econômico e suas conseqüências sócio-econômicas que levam à reformulação da PEA.

Podemos então concluir que o desemprego é um fenômeno bastante influenciado pela atividade cíclica e que por isto acarreta problemas sociais e de sobrevivência para o trabalhador, devendo ser tratado como uma importante variável que tem a família como unidade de decisão.

2.2 OS INDICADORES DO MERCADO.

São construídos para se avaliar o comportamento do mercado de trabalho uma série de indicadores, a fim de possibilitar uma reflexão e avaliação sobre o desempenho e o comportamento da economia.

Para facilitar a compreensão destes indicadores, a seguir será mostrado um conjunto selecionado dos mesmos.

2.2.1 Taxa de participação na força de trabalho

Este indicador mede o tamanho relativo da força de trabalho, dando uma aproximação do nível de oferta de emprego disponível na economia. Como o tamanho da população e da PEA varia entre os mercados, é necessário

expressar percentualmente o volume de indivíduos em atividade voltadas para a produção social e a relação com a população em idade ativa (PIA).

Esta taxa também é calculada com outras características como, por exemplo, sexo, idade, estado civil, escolaridade, região etc. Em geral, a taxa de participação possui padrões de comportamento bem definidos. Um comporta que se observa e que serve de regra geral é a tendência ao aumento da participação feminina com o desenvolvimento da economia, seja porque aumentam-se as oportunidades de emprego para as mulheres, seja porque o próprio papel destas com relação ao trabalho é encarado de forma diferente.

2.2.2 Taxa de emprego

É usada para medir a proporção da população economicamente ativa que, após certa idade, é empregada, indicando a parte da oferta de mão de obra que é absorvida pelas empresas. A fim de evitar certas inconveniências, o índice de emprego expressa-se como a relação entre o volume de empregos (E) e o total da força de trabalho (PEA).

Este índice serve para avaliar a capacidade da economia em absorver o crescimento da população, num ambiente de constantes transformações tecnológicas que influenciam no comportamento das empresas quanto à demanda por mão de obra.

O índice de emprego costuma englobar apenas as ocupações caracterizadas pela existência de vínculo empregatício legal. Neste caso, este indicador é sensível àquilo que considera atividade econômica e é mais estável ao longo do tempo, pois não é afetada por fenômenos que abalam a taxa de desemprego.

2.2.3 Taxa de desemprego

É um dos mais conhecidos indicadores, e tende a mostrar os desequilíbrios no mercado de trabalho, apresentando a incapacidade do sistema econômico de absorver a PEA. Estatisticamente, a taxa de desemprego é a proporção do desempregados com relação à força de trabalho.

Como seu comportamento reflete o movimento da atividade econômica, este índice no curto prazo é um bom instrumento de análise para os impactos das políticas econômicas, além de servir como um excelente indicador da ocorrência de recessão, do ponto de vista social, já que envolve os movimentos da PEA e do nível de atividade.

Porém, existem fenômenos como o “trabalhador desencorajado” que afetam a taxa de desemprego, provocando uma estimativa errônea, dando uma menor importância às inspirações individuais na obtenção de um emprego.

A taxa descrita acima capta os indivíduos considerados desempregados pelas mais variados motivos. Esta diversificação na origem do desemprego gera uma classificação deste de acordo com a sua origem, as principais são:

- ✓ Desemprego involuntário: é também denominado desemprego cíclico, conjuntural e keynesiano, ocorre devido a insuficiência da demanda por mão de obra em cobrir toda a oferta existente, ou seja, o indivíduo deseja trabalhar à taxa de salário vigente no mercado, mas não consegue encontrar emprego. Este tipo de desemprego merece uma atenção maior por parte dos governantes;
- ✓ Desemprego estrutural: conhecido como desemprego tecnológico e ocorre devido ao desequilíbrio entre a demanda e a oferta de mão de obra de determinada classificação;

- ✓ Desemprego friccional: ocorre devido a uma falha no processo dinâmico que caracteriza o mercado de trabalho, onde o sistema de informações do processo produtivo é imperfeito;
- ✓ Desemprego sazonal: como o próprio nome já diz, ocorre devido à sazonalidade de determinadas atividades econômicas.

A ocorrência de uma destas formas de desemprego não implica na não ocorrência de outra, em outras palavras, todas podem ocorrer simultaneamente e, desta forma, serem captadas pela taxa de desemprego que tradicionalmente é calculada a partir de pesquisas primárias.

2.2.4 Índice de subemprego

Trata-se de um indicador do grau de substituição da mão de obra. As formas de medir o subemprego são inúmeras, assim como as causas e efeitos que estão relacionados com o desenvolvimento econômico insuficiente ou atrasado.

Recentemente o conceito de subemprego no ambiente urbano, recebeu uma nova roupagem sob o título de mercado de trabalho informal, onde a discussão vai além do problema de mensuração ou de conceituação, buscando esclarecer a importância do capitalismo no processo de surgimento e desenvolvimento do segmento marginal e/ou informal do mercado de trabalho.

Como já foi dito antes, os conceitos de subemprego são os mais variados, porém, segundo Chahad (1992) três definições se destacam:

- ✓ Subemprego visível: define-se como a diferença entre o volume real de horas trabalhadas pelo indivíduo e o volume de horas que ele poderia, de fato, trabalhar. Este tipo de subemprego deve-se dar por razões econômicas;

- ✓ Subemprego encoberto: define-se como a quantidade de mão de obra que seria possível liberar melhorando-se a organização e a distribuição das tarefas de trabalho, mantendo-se o mesmo nível de produção sem necessidade de novos investimentos em capital fixo, e sem modificar as formas de utilização do trabalho assalariado ou estrutura social produtiva. Existindo assim uma associação entre as variáveis de renda e produtividade;
- ✓ Subemprego potencial: define-se como a quantidade da mão de obra que pode ser liberada, dado um nível de produção, por meio de mudanças nas condições de exploração dos recursos ou transformações na indústria ou agricultura.

2.2.5 Taxa de rotatividade

Do ponto de vista das empresas, a rotatividade implica a idéia de que a mão de obra dispensada por parte da empresa ou que pede demissão, será substituída. Caso não ocorra a reposição, caracteriza-se um desemprego na sua forma mais tradicional.

Apesar do processo de substituição de mão de obra ser simples, a mensuração da taxa de rotatividade é bastante complexa, surgindo assim diversas formas de estimá-la.

Os índices de rotatividade não carregam as dificuldades de se definir atividade econômica, uma característica marcante dos índices de emprego, desemprego e subemprego.

Porém, assim como as demais variáveis do mercado de trabalho, a rotatividade apresenta um comportamento cíclico, e para ter uma explicação didática foi dividida em dois componentes que a incentivam. O primeiro se origina do comportamento dos empregados, e o outro é devido as empresas, apresentando comportamentos inversos em períodos de

recessão, onde as oportunidades de trabalho se reduzem, e os trabalhadores reduzem sua mobilidade entre empregos. Já as empresas apresentam o comportamento inverso, que pode variar de intensidade de acordo com duração e grau da recessão.

Em período de expansão econômica, a rotatividade como um todo tende a se elevar.

2.2.6 Índice de salários reais e nominais.

O salário nominal é uma variável que responde tanto a aspectos institucionais quanto a eventuais desequilíbrios no mercado de trabalho, onde o índice de desemprego é o melhor indicador. No processo de determinação do nível de salários nominais são levados em consideração vários fatores, tais como estrutura do mercado e características dos trabalhadores. O salário real é obtido a partir da deflação do salário nominal por um índice de preços.

Com base neste processo de deflação do salário, devemos fazer algumas observações com relação a natureza do índice de preços utilizado, pois o deflator é um fator importante na análise do índice. Caso o deflator seja o IGP (Índice Geral de Preços) este irá refletir o custo da mão de obra sob a ótica da empresa, já se, o deflator for o IPC (Índice de Preço ao consumidor) ou ICV (Índice de Custo de Vida) este irá refletir a evolução do poder de compra do trabalhador, variável importante para a ótica dos sindicatos.

Convém destacar também que embora a meta almejada em uma negociação coletiva entre sindicatos e empresas seja em salário real, é o nível do salário nominal que é determinado no mercado.

O cálculo do nível do salário real leva em consideração as modificações na composição da força de trabalho ocupada, sendo realizado a partir da

evolução do salário nominal médio das pessoas ocupadas. Esta conduta pode resultar em resultados estatísticos artificiais com relação ao salário real em períodos de recessão.

O processo de evolução do salário nominal está ligado a política salarial e a ocorrência de desemprego, enquanto que a evolução do salário real é condicionada ao ritmo do crescimento dos preços. Esta relação é de fundamental importância para a análise do processo distributivo da renda no mercado, pois caso não se consiga controlar adequadamente a inflação, os ganhos de salário nominal são rapidamente anulados.

A relação entre o nível de emprego e o salário real apresenta algumas contradições entre o enfoque tradicional (de inspiração neoclássica) e Keynes. O primeiro afirma que o salário real determina o nível de emprego, enquanto Keynes afirma o contrário.

2.2.7 Índice de produtividade

É um importante indicador do mercado de trabalho, pois é vinculado ao nível de rendimento dos trabalhadores. Assim como as outras variáveis relacionadas ao mercado de trabalho, apresenta caráter cíclico, acompanhando a evolução do nível de atividade econômica.

A produtividade é um importante elemento nas negociações coletivas de salários. Isto porque, a participação dos salários no montante da produção serve para manter estável a distribuição de renda entre os lucros e salários da economia.

2.3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAL SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.

No Brasil as transformações estruturais na produção começaram a se intensificar a partir do processo de abertura da economia, iniciado no

Governo Collor. Expostos a um ambiente de concorrência intensa, alguns setores não têm conseguido êxito frente aos novos padrões de competição capitalista, sendo então forçados a sair do mercado redirecionando os seus investimentos para outros segmentos ou sendo incorporados por empresas estrangeiras.

Às que sobrevivem a este processo de concorrência (em especial as que se situam nos segmentos mais competitivos e dinâmicos) cabe adotar ou realizar um intenso processo de reestruturação produtiva, processo este que envolve atitudes como redefinição de estratégias empresariais e incorporação de novas tecnologias.

Este processo de reestruturação produtiva ocasiona a destruição de postos de trabalho existentes ou a substituição de postos melhores por outros com menor nível de remuneração e segurança, além de reduzir a capacidade futura da economia de gerar novos empregos, fazendo que este ajuste seja pago pelos trabalhadores brasileiros. As empresas em busca de mais competitividade vão atrás da redução de seus custos, através da redução da estrutura hierárquica, levando a eliminação de postos de trabalho e a uma mudança no perfil do trabalhador (que passa a ser de mais qualificado e flexível)

3 O PLANO REAL E SUA CONJUNTURA.

Programa de estabilização pré-anunciado, concebido e implantado em três etapas durante o curto mandato do Presidente Itamar Franco, que tinha como Ministro da Fazenda o Senador Fernando Henrique Cardoso.

As três fases nas quais se compôs o processo de implantação do Plano Real, caracterizaram-se por ser de natureza ortodoxa (1ª e 3ª fase) e heterodoxa (2ª fase).

Outro ponto que caracterizou o Plano foi as condições nas quais foi implantado, pois estas foram bastantes favoráveis para o seu êxito quanto ao objetivo de estabilização da economia.

3.1 PROCESSO DE CONCEPÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL

3.1.1 Ajuste das contas governamentais.

A primeira etapa consistiu em um ajuste das contas do governo, com a aprovação do Programa de Ação Imediata e, posteriormente, com a instituição do Fundo Social de Emergência – FSE.

“O progresso obtido nos primeiros meses da gestão de Fernando Henrique Cardoso foi considerável, em termos das metas do programa inicial, que incluíam cortes profundos no orçamento federal para 1993, renegociação das dívidas de estados e municípios com o Banco Central e o Tesouro Nacional e renegociação da dívida externa do governo com bancos estrangeiros.”(Bacha, 1995A, p.9)

Este processo de ajuste teve início com a divulgação de diversas medidas na área fiscal, ainda no final do ano 1993, para vigorarem a partir de 1994, observando o princípio da anterioridade. Entre elas encontram-se a redução de prazos de apuração e recolhimento de tributos – Imposto sobre Produção Industrial (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), contribuição para o financiamento social (COFINS), Programa de Integração Social (PIS), o aumento de diversas alíquotas e a instituição do Fundo Social de Emergência, mediante o Artigo 1º da Emenda Constitucional de Revisão – ECR nº1 de 1º de março de 1994.

O Fundo Social de Emergência, considerado o mais importante instrumento para ampliar as receitas federais, consiste essencialmente num mecanismo transitório de desvinculação de receitas decorrentes de arrecadação de tributos federais (impostos e contribuições), para diminuir os gastos da União com repasses de recursos aos Estados e Municípios, determinados pela Constituição Federal de 1988, constituindo assim uma fonte não inflacionária de recursos para financiar as contas do Governo Federal, permitindo a esterilização para os anos fiscais de 1994 e 1995 de 20% de gastos vinculados. Os cortes no orçamento associados ao Fundo Social de Emergência representam, portanto, um compromisso do governo federal de abandonar práticas orçamentárias dependentes de inflação.

Entre outras disposições constantes da ECR nº1/94, destacam-se as seguintes:

- (a) Contribuição social sobre o lucro – A alíquota dessa contribuição social devida pelas instituições financeiras e outras entidades foi acrescida de 7 pontos percentuais, passando de 23% para 30% nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, aplicável, contudo, a partir do mês-base de junho de 1994.
- (b) Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) – A alíquota, foi acrescida de 0,10 pontos percentuais, passando de 0,65 para 0,75

nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, a ser aplicada sobre a receita bruta operacional, como definido na legislação do imposto sobre a renda, a partir do mês-base de junho de 1994.

3.1.2 Unidade Real de Valor.

Esta segunda etapa foi a mais interessante e polêmica. A criação de um padrão estável de valor a URV (Unidade Real de Valor), pela Medida Provisória n° 434, de 27 de fevereiro de 1994, reeditada, posteriormente, pela Medida Provisória n° 457, de 29 de março de 1994, e pela Medida Provisória n° 482, de 28 de abril de 1994, esta última convertida na Lei n°8.880, de 27 de maio de 1994, que serviria como uma unidade de conta estável para alinhar os preços relativos da economia através de um mecanismo de indexação, que teria como principal finalidade restituir à moeda nacional a sua força básica de unidade de conta estável.

Caracterizada como uma fase transitória, em que se pretende garantir a estabilidade de preços evitando traumas na passagem para a terceira etapa – a implantação do Real (R\$) – a introdução da URV previu sua adoção para fins de conversão dos salários, preços, contratos e obrigações, nas formas e condições adiante comentadas.

“ A principal finalidade da Segunda etapa do Plano era alinhar os preços relativos mais importantes na economia, uma vez que a existência de contratos indexados com datas de reajuste diferentes implicava uma grande dispersão desses preços a cada momento, com alguns deles tendo sido reajustados recentemente e outros, apresentam uma grande defasagem.”(Bacha, 1995A, p. 9)

A URV, adotada de curso legal para servir exclusivamente como unidade de conta, integrou o Sistema Monetário Nacional, juntamente com o Cruzeiro Real, que foi mantido como meio de pagamento dotado de Poder liberatório, no período compreendido entre 1° de março de 1994 a 30 de junho de 1994. Após este período, a URV tornou-se meio de paramento,

passando a denominar-se Real, com a conseqüente extinção do Cruzeiro Real.

No dia 1º de julho de 1994 a URV foi fixada no valor CR\$ 647,50, tendo sido incumbência do BACEN fixar a paridade entre o Cruzeiro Real e a URV, tomando por base a perda do poder aquisitivo do Cruzeiro Real, e ao Poder Executivo estabelecer a metodologia de cálculo da URV, que era estipulada com base em taxa de inflação medida por um conjunto de três índices, a saber: (i) Índice de preços ao consumidor da Fund. Instituto de Pesquisa Econômicas – IPC da FIPE; (ii) IPC Amplo da Fund. Inst. Brasileiro de Geografia e Estatística – IPCA-E do IBGE; e (iii) Índice Geral de Preços - Mercado da Fund. Getúlio Vargas – IGP-M da FGV.

Foi admitido o uso da URV como índice de correção monetária e também como parâmetro básico para negociação com moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil.

Os salários foram de imediato (1º de março de 1994) convertidos em URV, pela média dos últimos quatro meses anteriores à sua criação, ou seja, novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994.

No caso do salário mínimo, sua conversão foi efetuada com base na média aritmética dos valores nominais vigentes nos meses de novembro de 1993 a fevereiro de 1994, pelo valor em CR\$ do equivalente em URV do último dia desses meses, respeitada a irredutibilidade salarial, caso a conversão resultasse em valor inferior ao salário efetivamente pago ou devido no mês de fevereiro de 1994.

Em relação ao salário dos trabalhadores em geral, a conversão foi efetuada nos mesmo termos acima estabelecidos para o salário mínimo.

3.1.3 Instituição de uma nova moeda nacional.

Nesta terceira etapa do Programa de Estabilização Econômica se deu a transformação da URV em moeda nacional – o Real (R\$).

Nesta fase do Programa de Estabilização Econômica, o objetivo principal foi dotar a economia de uma moeda forte e de poder aquisitivo estável, ou seja, pretendeu-se recuperar a moeda brasileira, destruída pela inflação crônica que se instalou na economia nacional.

A partir de 1º de julho de 1994, o padrão monetário passou a ser o Real, extinguindo-se o Cruzeiro Real. O valor de conversão do Cruzeiro Real para o Real foi estabelecido com base na mesma paridade fixada entre a URV e o Cruzeiro Real pelo Banco Central do Brasil para o dia 30 de junho de 1994, qual seja, R\$ 1,00 (um real) = 01 (uma) URV = CR\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinqüenta cruzeiros reais), permanecendo fixa para todos os fins.

Foi retirada do Conselho Monetário Nacional a competência para autorizar a emissão de moeda, a qual passa a ser do Congresso Nacional, conforme estabelecido pela Constituição Federal, em seu artigo 48, inciso XIV.

A emissão do Real teve por lastro as reservas internacionais, vinculadas em valor equivalente para tal fim, na paridade de um dólar dos Estados Unidos da América para cada um Real emitido. Por sua vez, coube ao Conselho Monetário Nacional, segundo critérios aprovados pelo Presidente da República, regulamentar o lastreamento do Real, definir a forma como o Banco Central do Brasil administraria as reservas internacionais vinculadas e modificar a paridade cambial estabelecida para emissão do Real lastreado nas reservas internacionais.

Além de estar lastreada nas reservas internacionais, a emissão de moeda deveria obedecer a limites quantitativos.

As obrigações expressas em Cruzeiros Reais , não convertidas em URV até 30 de junho de 1994, foram obrigatoriamente convertidas em Reais, 1º de julho de 1994, pela paridade $1 \text{ URV} = \text{CR\$ } 2.750,00 = \text{R\$ } 1,00$.

Em continuidade à terceira etapa do programa econômico, o Governo Federal baixou a Medida provisória nº 1.240, de 30 de junho de 1995, contendo normas relativas à desindexação, com a finalidade de garantir a estabilidade da economia, e manter a inflação em níveis que pudessem assegurar o sucesso do Plano Real.

3.2 A CONJUNTURA ECONÔMICA DO BRASIL DURANTE OS PRIMEIROS ANOS DE ESTABILIZAÇÃO.

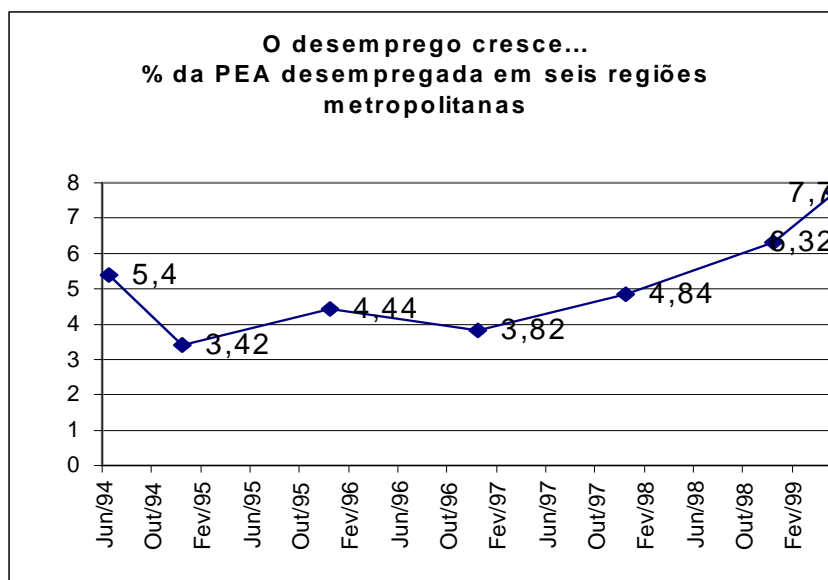
O programa de estabilização, o Plano Real, foi implantado em um clima de intensa incredibilidade nas ações do governo no que diz respeito a controlar a inflação como mostra a pesquisa feita pela DataFolha, publicada na Folha de São Paulo, no dia 27/06/1999 em caderno especial devido ao quinto aniversário do Real.

De acordo com nossos conhecimentos o Plano Real é um dos mais bem sucedidos planos de estabilização dentre os muitos que foram implantados nos últimos anos aqui no nosso país. No entanto, este título de bem sucedido cabe quando defrontado com o objetivo de derrubar a inflação, pois, com este problema sobre controle surgem outros problemas para serem discutidos e analisados com mais enfoque pelos críticos políticos como: balanço de pagamento, crescimento econômico e as altas taxas de juros.

Pois, como a conseqüência mais imediata de uma inflação controlada é a retomada do crescimento econômico, este apresentou no Brasil um saldo positivo no montante de 22,5% entre 93 e 97, porém ainda insuficiente para recuperar os postos de trabalho eliminados no período mais agudo de crise (ver Gráfico 1). Este panorama só foi possível devido ao fato deste crescimento ter sido sustentado pelo consumo e endividamento em função da importação e não da exportação.

O Plano Real tem se sustentado basicamente em duas âncoras a “cambial” e a “monetária” restritiva, que apresenta uma combinação de políticas de altas taxas de juros e uma restrição ao crédito. Política esta que tem por objetivo segurar os capitais especulativos e atrair novos capitais, fato que resulta em um enorme paradoxo, pois, ao mesmo tempo que há resultados dignos de serem comemorados em termos de inflação, os dados mostram o enorme ônus a ser pago por uma estabilização pouco sustentável como a nossa.

Gráfico 1



Fonte: IBGE.

Se ao longo de 1995, muitos postos de trabalhos foram desativados na indústria paulista, é claro que não podemos atribuir todas as demissões à política de estabilização, já que também são fruto da reestruturação pela qual o mercado de trabalho vem passando devido ao processo de globalização, onde cada vez mais é exigido das empresas mais concentração de capital e o aumento de produtividade.

“Embora seja um engenhoso recurso para anular grande parte do efeito da inflação inercial, o recurso da âncora cambial, além do impacto sobre o emprego, provocado pela diminuição da produção local, implica em outro custo: o aumento do endividamento interno”(Lacerda, 1996, p.20).

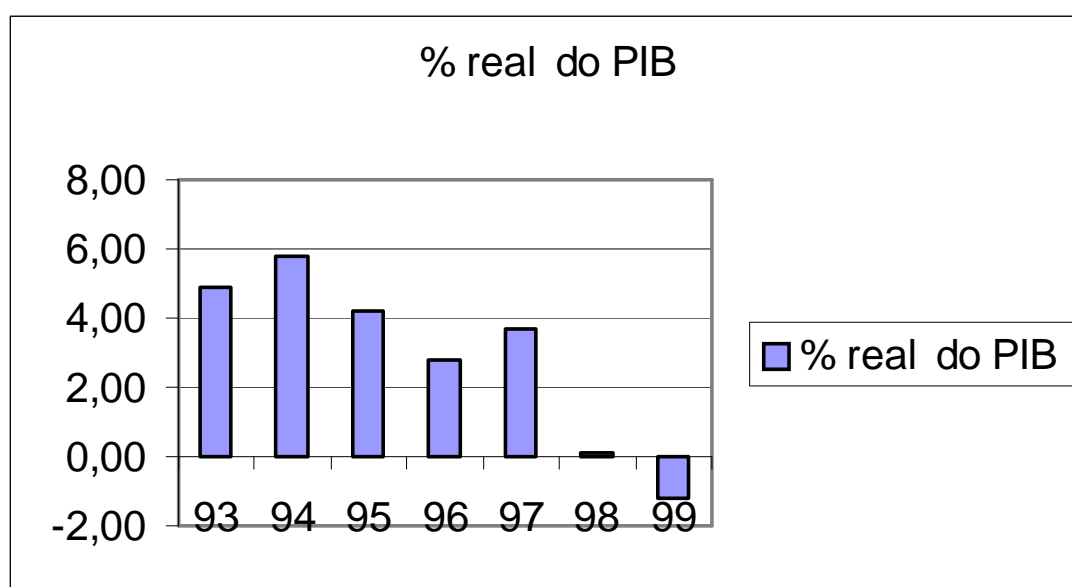
No entanto, seria utópico não creditar grande parte do êxito do Plano Real às importações que serviram de esteio para o aquecimento da demanda adicional, que surgiu após a estabilização. Servindo de contraposição ao “modelo de substituição de importação” adotado pelo governo brasileiro para incentivo e proteção ao parque industrial brasileiro. Trouxe com isto alguns ônus para nossa economia, colocando assim a abertura comercial em cheque.

“ O processo de abertura econômica trouxe avanços inegáveis no tocante à modernização da indústria brasileira, ao avanço tecnológico, à melhora da qualidade dos produtos, à queda real de preços, tudo isso beneficiando amplamente o consumidor. Do ponto de vista macroeconômico, a renegociação da dívida externa, a flexibilidade da reserva de mercado para a informática, além da aprovação da Lei de Defesa do Consumidor, eventos ocorridos em 1992, representam importantes avanços nas relações comerciais internas e na reinserção da economia brasileira na economia internacional”(Lacerda, 1996, p.21).

Como já foi explicitado a política adotada pelo governo de manter as taxas de juros a nível alto e o câmbio sobrevalorizado tem levado a atividade econômica interna a níveis de extremo sacrifício, fato que constatamos quando observamos a variação real do PIB neste período, como nos mostra o IBGE (Gráfico 2).

Segundo Filgueiras (1996), outro fator importante de salientarmos é o baixo nível de investimento resultante desta política, que torna claro a necessidade de que o governo reveja a sua posição frente a política fiscal por ele adotada, evidenciando a urgência de uma reforma fiscal mais abrangente. Para que este resulte numa ampliação no nível de investimento e demanda agregada afim de diminuir o desemprego e a capacidade ociosa da economia.

Gráfico 2



Fonte: IBGE

Quanto as medidas de política monetária, principalmente o desaquecimento da demanda, mostra um ponto de inflexão no ritmo da atividade econômica do país. Fato que resultou em uma contenção no crédito que teve resposta no nível de desemprego industrial no país, que como já foi dito começou a apresentar uma elevação decorrente de três fontes distintas. Em primeiro lugar, decorrente da queda do nível de atividade, em segundo, da concorrência com os produtos externos e, em terceiro, da modernização tecnológica à qual foi submetida a indústria local após a abertura comercial. Este fato se mostrou mais evidente porque o nível de atividade

econômica externa da Balança Comercial e as exportações não poderiam ser incentivadas dada a limitação a desvalorizações cambiais significativas.

Conforme Equipe de Análise Conjuntural da SEI (1996), a retração econômica não afetou apenas o nível de emprego do país, afetou também a saúde financeira de suas empresas produtivas. Aspecto este que se repete no ambiente bancário. Outro fator interno de instabilidade é o déficit público, que tem sido sistematicamente subestimado no Plano Real.

Com relação a distribuição de renda neste panorama, podemos dizer que a princípio o Plano gerou uma melhora no nível média de renda, esta afirmação tem como base a variação observada no Índice de Gíni que foi 0,603 para 0,567, que ocasionou um aquecimento no consumo principalmente nas classes mais baixas, este aquecimento na demanda agregada teve como resposta um política de restrição por parte do governo. Este quadro não se mantém nos dias atuais, que após os cinco anos de plano apresenta categorias que não recebem reajustes salariais há mais de dois anos, apesar da inflação. Ocasionalmente assim, perdas no seu poder de compra.

Segundo Mendonça (1999), este quadro mostra que o Plano Real, ao invés de melhorar a distribuição de renda , vem ocasionando cada vez mais o inverso, de acordo com o índice de Gini o grau de concentração de renda no Brasil se encontra em um patamar elevado indicando assim o alto grau de concentração.

4 A ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 90.

4.1 A SITUAÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO NA PASSAGEM PARA A ESTABILIZAÇÃO DA ECONOMIA.

A partir do Plano Real a situação do mercado de trabalho nas seis áreas metropolitanas cobertas pelo PME/IBGE, foi caracterizada pelo aumento da População Economicamente Ativa (PEA). Este fenômeno vem sendo visto continuamente, porém este foi bastante influenciado pela variação do nível de desemprego aberto, resultante das variações do nível das atividades produtivas induzidas pelas políticas de estabilização, apesar de sofrer influência de outros fatores associados à reestruturação produtiva intensificada a partir dos anos noventa.

O atual processo de acumulação capitalista prega o uso intensivo de informação, a horizontalização das grandes unidades produtivas e o sistema de produção flexível, provocando mudanças relevantes nas relações com fornecedores. Exige, ainda, transformações rápidas no mix, demandando reduzido mercado de trabalho, e dos trabalhadores que ficam, exige-se grande variedade de habilidades: flexibilidade, soluções criativas, alto grau de engajamento na empresa e capacidade para tomar conhecimento de todo o processo produtivo.

“ De todo modo, o ressurgimento do desemprego no Brasil como fenômeno de grandes proporções, devido a retração do contingente de ocupados, ficou mais evidente nos anos 90. Efetivamente, processa-se uma reestruturação do mercado de trabalho, relacionada à difusão da automação industrial e bancária, à informação dos mais variados processos de produção e de trabalho, de novas formas de gestão e de práticas administrativas, como a terceirização, etc.”(Arandi, 1994, p.57).

No entanto, nunca é demais lembrar, as taxas de desemprego expressam, conceitualmente, a relação entre o número de desempregados e o total da PEA. Sendo assim, a sua variação positiva num determinado intervalo, tanto pode significar uma estagnação ou uma queda absoluta no número de postos de trabalho, quanto a um crescimento mais rápido da PEA quanto comparado à capacidade de criação de mais postos de trabalho.

A Tabela 1 apresentada a seguir mostra que a taxa de desemprego aberto para o Brasil e para a Região Metropolitana de Salvador, apresenta uma tendência clara de crescimento na década de noventa (de 4,25% para 5,75% para o Brasil e de 5,39% para 6,84% para a RMS), que evidencia a posição do mercado de trabalho, que é resultante do movimento de abertura da economia e de reestruturação produtiva, que deve seguir o modelo externo intensivo em tecnologia e capital e por isso redutor de emprego.

Tabela 1

TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (%)
Médias Mensais – 1990/1997

Ano	Brasil	RMS^a
1990	4,25	5,39
1991	4,77	5,91
1992	5,71	6,76
1993	5,29	6,61
1994	5,01	7,06
1995	4,63	6,72
1996	5,86	6,84
1997	5,75	6,84

Fonte: IBGE – PME

a. Região Metropolitana de Salvador.

Os dados apresentados anteriormente, quando analisados, indicam a ocorrência de três movimentos distintos, ao longo da década de 90. No primeiro período 90/92, a taxa de desemprego é seguidamente crescente, decorrente do processo de reestruturação produtiva e abertura da economia

junto com uma política de estabilização recessiva, que resulta na diminuição no nível de produção.

O momento seguinte, correspondente ao período de 93/95, apesar da continuação do processo de reestruturação produtiva, as taxas de desemprego se reduzem, tanto para o Brasil, quanto para a RMS mostrando a retomada do crescimento econômico; tímida em 1993 e mais agressiva a partir de julho de 1994, com a instituição do novo padrão monetário e queda quase que imediata da inflação. No entanto, vemos que a taxa de desemprego na RMS subiu mostrando assim que está relacionada também com outros fenômenos conjunturais.

No terceiro momento que diz respeito ao período pós 95, a taxa de desemprego volta a crescer aceleradamente, expressando claramente a rapidez e a intensidade do processo de retração das oportunidades ocupacionais, decorrentes da queda do nível de atividade econômica ocorrida no 2º semestre de 1995 e, uma posterior retomada do ritmo das atividades no último trimestre, de forma gradual, acenando com a possibilidade de recuperação do mercado de trabalho.

Apesar da situação de potencialidade em geração de empregos, a economia brasileira evidencia a necessidade de uma revisão nas políticas macroeconômicas, a fim de tornar o ambiente econômico favorável ao desenvolvimento, que resultaria na retomada de crescimento e a recriação dos postos de trabalho extintos no pico da crise, onde o ambiente é de total incredibilidade.

“Mesmo se considerando todas as potencialidades brasileiras na geração de empregos, o país precisa, em primeiro lugar, após a estabilização da economia, de políticas econômicas e sociais bem determinadas, que incentivem a retomada duradoura dos investimentos de longo prazo. Para tanto, é imprescindível um cenário de confiança, onde a instabilidade não inviabilize a formação de expectativas para os retornos futuros dos investimentos não especulativos”(Arandi, 1994, p.57).

Isto porque, o desemprego também é acentuado pelo enxugamento dos gastos públicos, demissão do funcionalismo. É uma forma de atingir o equilíbrio fiscal, assim como cortes em gastos sociais, a exemplo da educação, que vão de encontro com a qualificação da mão de obra, exigida para um aumento da competitividade, necessária para um maior nível de exportação. No entanto, vale ressaltar a opinião de alguns economistas, como José Márcio Camargo, do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC), que concorda que o corte de gastos públicos reduz o crescimento econômico, a curto prazo. Mas, ressalta que o ajuste fiscal, aliado à execução das reformas da legislação trabalhista e da Previdência Social, permitirá a retomada do crescimento econômico a partir do ano 2000.

O desemprego é um desafio do nosso tempo e entre os fatores que agravam a questão estão a baixa escolaridade da mão de obra, a informalidade do trabalho e a precária rede de proteção social que cerca a população. Isto porque, os recursos gerados pela humanidade são cada vez mais utilizados para a especulação financeira e buscam se reproduzir através do lucro fácil dos juros exorbitantes e não através das atividades produtivas. Este fato retrata a situação de que em vez de construir fábricas, estimular investimentos que geram empregos, os capitais estão sendo destinados a aplicações financeiras no mercado de capitais. Situação bastante favorecida pela política monetária que serviu de âncora para o Plano Real.

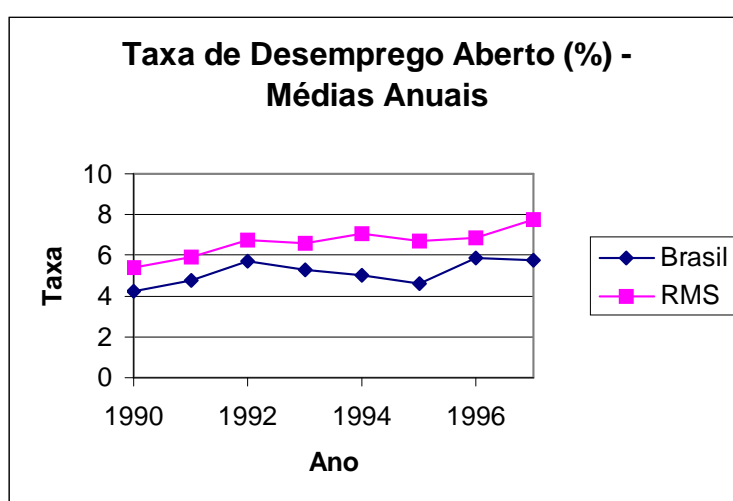
4.2 O GRAU DE FLEXIBILIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO.

Com base na legislação trabalhista brasileira podemos afirmar que esta mostra condições favoráveis a um mercado de trabalho bastante flexível. No entanto, esta flexibilidade incentiva a contratação de curtíssimo prazo e pouco investimento em treinamento e qualificação da mão de obra.

No final dos anos 80 e início dos anos 90 o mercado de trabalho brasileiro sofreu uma série de choques exógenos, sendo a variação da taxa de desemprego aberto um bom indicador do grau de flexibilização do mercado de trabalho para se adaptar a estes choques. Segundo Camargo (1996), se a taxa de desemprego é relativamente estável e não varia muito com os choques, é sinal de que o mercado de trabalho é flexível. Isto mostra que o ajustamento foi em grande parte absorvido pelas variações dos salários reais. Se a taxa de desemprego aumenta, o mercado é rígido.

Com base na evolução da taxa de desemprego aberto do mercado de trabalho brasileiro na última década, este parece bastante flexível (Gráfico 4). A taxa de desemprego no Brasil é baixa e varia relativamente pouco, se comparada aos padrões internacionais. Embora os choques exógenos tenham sido de grande magnitude e bastante freqüentes, a taxa de desemprego aberto variou de um valor mínimo de 4,25% a um máximo de 7,67% da força de trabalho nos anos 90 (ver Gráfico 4). O mercado de trabalho da RMS se comportou de maneira semelhante.

Gráfico 3



Fonte: IBGE – PME

Outros indicadores do grau de flexibilidade do mercado de trabalho são a duração do desemprego, o prazo do contrato de trabalho e o índice de rotatividade no emprego.

De acordo com Camargo (1996) podemos concluir que o desemprego de longo prazo não é uma característica muito importante no mercado brasileiro. E para chegar a tal conclusão tomaremos com base a Tabela 2 que nos apresenta a duração do desemprego no Brasil em 1990, que evidencia que a maioria dos desempregados não passa mais de 12 meses nesta condição.

Tabela 2
Brasil: duração do desemprego
em 1990 (%)

Duração / ano	1990
Menos de 1 mês	25,0
Entre 1 e 2 meses	10,4
Entre 2 e 4 meses	17,0
Entre 4 e 12 meses	30,0
Mais de 12 meses	17,5

Fonte: IBGE, Pnad (vários meses) apud. Camargo.

Porém, a baixa duração do desemprego é, em larga escala, explicada pelo fenômeno do trabalhador desencorajado, que passa à inatividade.

Outro indicador é o prazo de contratação da mão de obra, pois como já explicitarei, as instituições trabalhistas tendem a criar incentivos a contratação de trabalho de curtíssimo prazo. Sendo o setor industrial, o que apresenta o maior percentual de contratos de trabalhos assinados e o maior número de trabalhadores sindicalizados, e é nesta variável que difere significativamente dos demais setores da economia.

A outra característica que evidencia a flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro é o alto índice de rotatividade no emprego. A tabela a seguir mostra, em média, a percentagem de empregos em que houve rotatividade de trabalhadores no transcorrer do ano. Fato que não significa, é claro, que 38,20 das vagas de emprego em 1990 tenham mudado de ocupante, já que

muito provavelmente certas vagas foram ocupadas rotativamente por mais de um trabalhador e, neste caso, são contabilizadas como se fossem vagas de empregos diferentes

“Gustavo Gonzaga, num estudo sobre rotatividade no setor formal, demonstrou, por meio de dados do Registro Anual de Informações Sociais (RAIS), que 49% dos trabalhadores brasileiros possuem menos de dois anos de serviço numa mesma empresa, revelando, assim, um índice de rotatividade em nível bastante superior aos observados nos países desenvolvidos”(Neri, 1997, p.138).

Tabela 3
Brasil: duração dos empregos na economia e na indústria, 1991 (%).

Duração dos empregos	Indústria (acumulado)	Economia (acumulado)
0 a 2,9 meses	11,87 (11,87)	13,31 (13,31)
3 a 5,9 meses	11,63 (23,50)	11,06 (24,37)
6 a 11,9 meses	14,25 (37,75)	13,93 (38,20)
1 a 1,9 ano	15,36 (53,11)	14,44 (52,74)
2 a 2,9 anos	11,11 (64,11)	9,55 (62,29)
3 a 4,9 anos	12,68 (76,90)	11,54 (73,83)
5 a 9,9 anos	12,27 (89,17)	12,87 (86,70)
10 anos ou +	10,57 (99,74)	12,82 (99,52)
Não disponível	0,26 (100,0)	0,48 (100,0)

Fonte: Rais,1991 Apud. Camargo.

Tabela 4
Brasil: índices de rotatividade no emprego (1990-93)

Ano	Média Mensal	Média Anual
1990	3,26	38,20
1991	2,69	35,75
1992	2,26	28,05
1993*	2,73	32,81

Fonte: Ministério do Trabalho, dados da Lei nº4.923 In: Camargo.

Com estes argumentos como base, podemos dizer que todos apontam para um mercado de trabalho brasileiro muito flexível, pelo menos no aspecto emprego, formando um mercado com alto nível de mobilidade ocupacional.

“...uma alta mobilidade na posição por ocupação é uma evidência da alta rotatividade nos postos de trabalho. Se, por um lado, esta mobilidade diminuiu o tempo de ajuste do mercado de trabalho em relação a choques, por outro, a alta mobilidade induz a baixa qualidade dos postos de trabalho ao reduzir o incentivo das firmas de investir na formação de seus trabalhadores. Além disso, a alta mobilidade gera uma alta incerteza de renda, acarretando uma diminuição do nível de bem estar social.”(Neri, 1997, p. 138).

4.3 A INFORMALIZAÇÃO DO MERCADO E SUA INFLUÊNCIA NA QUALIDADE DO EMPREGO.

Antes de analisarmos a informalização do mercado de trabalho, é necessário expor a metodologia de classificação utilizada para este segmento, que segundo Fagundes (1991) Apud. Braga (1999) assim se desdobra:

- A. Trabalho informal: é composto por trabalhadores por conta própria, empregados e remunerados exclusivamente por produção, por espécie e benefícios, empregados domésticos e trabalhadores familiares e trabalhadores familiares sem-remuneração.
- B. Trabalho formal: é constituído dos demais trabalhadores ocupados que não estão na categoria anterior.
- C. Ocupação não-registrada: é composta pelos empregados sem carteira de trabalho assinada, empregadores, trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares sem remuneração e não contribuintes da previdência social.

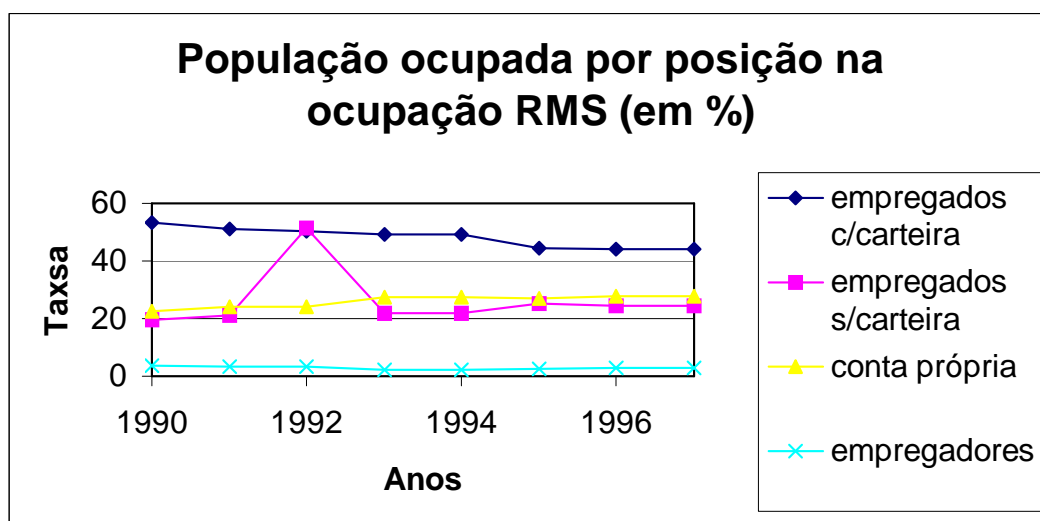
Na década de 90 houve uma elevação no índice de informalidade no mercado de trabalho brasileiro e este processo de ampliação se deve em

parte à insuficiência da demanda de trabalhadores com carteira assinada para absorver toda a oferta de mão de obra.

Esta tendência à informalidade do mercado da RMS podemos analisar no Gráfico 5, onde o segmento formal do mercado de trabalho manteve uma média de 48,25% da população ocupada, mantendo uma tendência a um processo de crescimento contínuo, evidenciando um agravamento das relações no mercado de trabalho da região.

A precarização do mercado de trabalho é evidenciada quando analisamos a distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica, devido a concentração da mão de obra em segmentos onde predominam as relações de trabalho precárias e o exercício de atividades tidas como informais.

Gráfico 4:



Fonte: PME – IBGE.

Esta situação é melhor explicitada quando analisamos a Tabela 5 que mostra a distribuição dos ocupados por formas de participação no mercado de trabalho da RMS, onde faremos uma análise da situação desse mercado no período de out.96 – mar.99.

A tabela a seguir nos mostra que no período de out.96 – mar.99 observamos que o número de microempresários entre os ocupados que se declararam

empregados, é o que apresentou resultado mais expressivo, evidenciando o aumento de donos de negócios de família e/ou pequenos negócios.

Outra importante observação que deve ser ressaltada é a reduzida participação do segmento de trabalhadores por conta própria, que apresenta este comportamento devido à redução do número de trabalhadores autônomos, principal categoria do grupo.

Tabela 5

**Distribuição dos Ocupados por Forma de Participação RMS,
Out.96 – Mar.99**

Formas de Participação	Período
	Out.1996/mar.1999
Empregadores	
Microempresários	4,0
Pequenos proprietários	N.S. (1)
Médios/Grandes prop.	N.S.
Subtotal	4,2
Empregados	
Assal. S/Comissão	54,2
Assal. C/Comissão	2,9
Rem. Espécie/ Benefício	N.S.
Rem. Por produção	1,4
Empregados domésticos	10,4
Outros (2)	0,2
subtotal	69,3
Trabalhadores por conta própria	
Donos de negócio familiar	1,1
Trab. Autônomos	22,7
Profis. Universitários Aut.	0,7
Subtotal	24,5
Trab. Familiares S/remuneração	2,0
Total	100,0

Fonte: PED 1996 – 1999: SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Apud. Braga (1999)

(1) N.S. Não Significativos

(2) Domésticos que ganham em espécie/ benefícios e Serviços Militar Assistencial ou Religioso com alguma remuneração.

Com relação à condição legal do emprego percebe-se transformações significativas na RMS na década de 90 (ver Tabela 6), onde o total de empregados com carteira assinada caiu de 53,16% para 44,06 %, apesar do

crescimento dos empregados domésticos com carteira assinada, o que significou uma melhoria da inserção desta classe no mercado. Enfim, no total os empregados sem carteira assinada apresentaram um comportamento inverso traduzido, num aumento significativo em seu número.

No período compreendido entre os anos de 93-95, a composição do emprego nas RMs (SP, BH, PA e SA) começou a mostrar algumas diferenças qualitativas. SP e BH em 95 já apresentavam uma elevação do grau de informalidade do emprego de suas economias em relação à década de 80, sendo seguida pela RMPA, que mostrou uma elevação um pouco seguida da acentuada informalidade. Em Salvador a informalidade chega a um patamar superior a 50%, significando que o emprego formal com carteira assinada vem apresentando um comportamento declinante nas últimas décadas, em todas as RMs.

Tabela 6
População ocupada por posição na RMS – 1990-97 (em %)

Tipo de inserção	Anos			
	90	91	92	93
Empreg. C/carteira	53,18	51,03	50,3	49,19
Empreg. S/carteira	19,75	21,12	21,54	21,76
Conta própria	22,61	23,97	23,97	27,54
Empregadores	3,63	3,16	3,42	2,28
(Continuação)				
Tipo de inserção	Anos			
	94	95	96	97
Empreg. C/carteira	49,19	44,26	43,9	44,06
Empreg. S/carteira	21,76	25,08	24,52	24,26
Conta própria	25,59	27,05	27,71	27,76
Empregadores	2,28	2,67	2,96	3,03

Fonte: PME –IBGE.

Com base nas matrizes de transição vemos que, no Brasil, o trabalhador sem carteira assinada é o segmento que mais enfrenta o desemprego, enquanto que o empregador e o servidor público são os segmentos que menos entram no desemprego. Porém, um fato interessante é que os trabalhadores sem carteira assinada possui uma probabilidade muito maior de se tornar um com carteira do que o inverso. O comportamento da RMS é semelhante, diferenciando apenas na tendência a inatividade dos seus desempregados.

4.4 A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O Índice de Gini é a variável mais utilizada para medir o grau de concentração de renda de uma determinada sociedade. Este índice é obtido através da “Curva de Lorenz”, que utiliza cálculos estatísticos que abrangem as classes sociais e seus respectivos gastos com bens de consumo. Quanto mais o número obtido se aproxima de um, maior é a desigualdade na distribuição.

A década de 90 foi marcada por significativas mudanças estruturais, sendo as mais recentes, consequência do controle inflacionário propiciado pelo Plano Real. Este fato levou ao questionamento da distribuição de renda, principalmente pelo final do imposto inflacionário.¹

Simultaneamente ocorreu uma reestruturação no processo produtivo do país em decorrência da abertura comercial, que vem gerando significativos impactos sobre o nível de emprego e renda.

Analisando-se o período (1993/95) que é marcado pela implantação do Plano Real, observa-se a evolução da distribuição de renda entre as famílias (Tabela 7).

¹ Refere-se às perdas sofridas pela detenção de dinheiro em consequência da inflação.

Com base na tabela 7, nota-se o valor excepcionalmente baixo do Índice de Gini em 1992 e sua relativa estabilização no período 1993-97, quando a participação dos cinquenta mais pobres oscilou entre 12,2% e 12,9% da renda e de 33,1% para 32,2% para os cinco mais ricos.

Tabela 7
Distribuição das famílias de acordo com o rendimento familiar, no Brasil, de 1990 a 1997.

Ano	N(1000)	G	50⁻	10⁺	5⁺
1990	37541	0,603	11,7	46,4	32,9
1992	37769	0,567	13,7	43,8	30,3
1993	38677	0,588	12,9	46,5	33,1
1995	41212	0,589	12,6	45,8	32,2
1996	41736	0,595	12,2	46,0	32,7
1997	43131	0,593	12,3	45,9	32,2

Fonte: IBGE/PNAD, apresentado na forma de tabela de distribuição de freqüência

Notas: N= n° de famílias com declaração de rendimentos; G= Índice de Gini; 50⁻=percentagem da renda total apropriada pelos 50% mais pobres; 10⁺pelos mais ricos e 5⁺pelos 5% mais ricos.

No período de 1993 a 95 há uma substancial redução do nível de pobreza, de intensidade semelhante à redução que ocorreu em 1986, ano do Plano Cruzado.

Com relação às diversas categorias de ocupação, observam-se movimentos distintos. De um lado, os empregados com carteira assinada tiveram sua participação na distribuição de renda diminuída, devido à diminuição do seu rendimento médio e do número de pessoas com rendimento. Do outro lado, encontram-se os trabalhadores sem carteira assinada e conta própria (setor informal) que apresentaram aumentos significativos na sua participação na massa de rendimentos, em decorrência do aumento de participação no mercado de trabalho, assim como do aumento do seu rendimento médio.

Este movimento é propiciado pela maior sensibilidade que o setor formal apresenta à “âncora” salarial do Plano Real. Quanto ao segmento informal obteve ganhos reais em consequência do controle inflacionário, processo evidenciado na Tabela 7, que mostra que no período 1992-95 a participação do 50% mais pobre da população apresentar um aumento com relação a 1990.

O mercado de trabalho da RMS apresentou um comportamento semelhante (ver Tabela 8), onde se observar que os trabalhadores sem carteira assinada e conta própria aumentaram a sua participação de 5,8% para 7,7% e de 15% para 17% respectivamente, em detrimento da redução sofrida pelo setor formal, que teve a sua participação reduzida em 12,3%.

O período 93/95 registrou um aumento expressivo da parcela de renda dos 10% mais pobres, nos diversos grupos, com exceção para os funcionários públicos/ militares (que se manteve estável), devido a uma breve recuperação da atividade econômica.

“O conjunto dessas tendências, no seu contexto mais geral, indica que o processo de estabilização econômica faz aumentar a participação dos mais pobres na renda em detrimento dos mais ricos.”(Guimarães, 1997, p.10)

Tabela 8
Variação de pessoas, massas de rendimentos e rendimentos médios totais RMS, 1989-95 (em %)

Discriminação	93-95			89-95		
	P	M	RM	P	M	RM
Ocupados	12,6	12,2	-0,4	13,0	-10,9	-21,2
Empregados						
C/ carteira	-2,2	-16,4	-14,4	-18,6	-39,7	-25,9
S/ carteira	40,5	53,9	9,5	27,7	-52,9	-34,9
Conta própria	19,5	26,3	5,8			
Func. Públ./Militares	15,9	27,2	9,7			

Fonte: IBGE/PNAD 1989/90/93/95 (dados)

Notas: P= pessoas; M= massa e RM= rendimentos médio.

A tabela 9 comprova que os empregos com carteira assinada foram os mais penalizados com a implantação do Plano Real em relação à renda real média. Tal fato pode ser evidenciado quando comparamos a variação da renda real média por ocupação, onde o setor formal no período 93/95 apresentou uma variação de 17,97%, enquanto que o setor informal 47,08%. Estes números evidenciam o efeito distributivo do Plano Real.

Tabela 9
Renda real média por posição na ocupação (em reais de dez. 1995)

Ano	C/ carteira	S/ carteira	Conta própria	Empregadores
Média 91	485,91	346,84	347,61	1.327,81
Média 92	417,70	270,49	265,11	981,65
Média 93	439,66	280,05	280,62	1.052,09
Média 94	463,28	300,11	329,00	1.462,33
Média 95	518,67	382,79	441,87	1.765,71

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PME/IBGE In: Camargo.

4.5 O POSICIONAMENTO DE CADA SETOR NA ATUAL ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.

Na literatura sobre o mercado de trabalho brasileiro as mudanças estruturais anteriormente explicitadas são comumente apontadas como relevantes para a explicação da atual composição setorial do emprego.

Com a chamada terceira revolução industrial, houve muitas inovações institucionais no mercado de trabalho, o que resultou no desemprego tecnológico e na necessidade de um trabalhador mais flexível, deixando de lado a visão de que o trabalhador deveria ser o mais especialista possível, exigindo assim, um novo perfil na educação dos ocupados da PEA.

Na última década observou-se uma redução relativa dos setores primário e secundário na ocupação total e uma expansão do setor terciário.

A Tabela 10 mostra que a participação da indústria de transformação decresceu cerca de três pontos ao longo da primeira metade da década de noventa, passando de 23% par 20%, sendo seguido pela construção civil (cuja participação também declinou).

Tabela 10
Composição da ocupação por setor de atividade, 1991-95.

Ano	Setores								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Média 91	0,25	22,71	1,15	7,82	15,02	35,79	8,92	0,86	7,48
Média 92	0,24	20,94	1,15	8,10	15,00	36,78	8,41	0,86	7,51
Média 93	0,22	20,74	1,16	7,72	15,27	37,26	9,43	0,86	7,35
Média 94	0,25	20,04	1,09	7,85	15,44	37,94	9,26	0,90	7,22
Média 95	0,21	19,86	1,01	7,58	15,62	38,76	8,96	0,87	7,12

Fonte: PME/ IBGE In: Camargo.

Notas: 1= Extração mineral; 2= Indústria transf.; 3= Utilidade públ.; 4= Const. Civil; 5= Comércio; 6= Serviços; 7= Adm. Pública; 8= Agropecuária e 9= Outros.

Nesta tabela, vê-se também que o setor serviços apresentou uma evolução na sua participação (que passou de 37,79% para 38,76%). Esse desenvolvimento só foi possível devido à própria natureza das atividades desempenhadas neste setor, que atualmente vem servindo como diferencial competitivo, suporte às atividades de manufatura e geradores de lucro, desempenhando um importante papel no desenvolvimento dos outros setores.

Vale ressaltar que este processo de segregação do mercado de trabalho é um fenômeno mundial que surge em toda a sociedade. Essa tendência mundial pode ser comprovada na Tabela 11, que nos mostra a composição setorial do emprego da RMS no período de 1990-97.

Observa-se na RMS a mesma evolução dos setores frente a sua participação na ocupação da força de trabalho, vista no mercado de trabalho brasileiro na primeira metade da década atual. O secundário apresentou uma queda de aproximadamente 5% (indo de 21,68% para 16,79%), enquanto que o terciário apresentou um acréscimo semelhante na grandeza (indo de 78,30% para 83,20%), confirmando a tendência à expansão do setor serviços, que devido as suas próprias características é um “colchão” anticíclico.

Tabela 11

População ocupada por setores e ramos de atividade – RMS 1990-95 (em %)

Setores de atividade	Ano							
	90	91	92	93	94	95	96	97
Secundário	21,68	20,59	19,63	18,68	18,33	17,86	17,43	16,79
Ind. Transformação	12,35	10,45	10,55	10,10	9,41	9,18	8,80	8,60
Const. Civil	9,33	9,14	9,08	8,58	8,92	8,68	8,63	8,19
Terciário	78,30	79,38	80,38	81,30	81,65	82,13	82,56	83,20
Comércio	15,20	15,13	15,48	15,78	15,94	15,35	15,85	15,62
Serviços	52,38	53,83	54,03	54,67	54,97	56,11	56,13	56,73
Outros	10,32	10,83	10,83	10,85	10,74	10,27	10,58	10,85

Fonte: PME/IBGE.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de trabalho brasileiro na década de 90 passou por inúmeras mudanças de natureza estrutural e conjuntural relacionadas a diversos fatores externos como choques externos.

No aspecto estrutural vimos que o fenômeno chamado terceira revolução industrial, ocasionou um aumento no nível de desemprego estrutural no Brasil, devido ao processo de globalização que se intensificou com o a abertura comercial iniciada no Governo Collor e que teve seqüência com a implantação do Plano Real.

Este procedimento ocasionou a diminuição do nível de emprego formal, decorrente do processo de reestruturação produtiva adotado e até mesmo do aumento do número de firmas que fecharam suas portas devido a incapacidade de enfrentar o grau de concorrência a que foram expostas e também pela dificuldade na obtenção de crédito decorrentes do política monetária adotada pelo governo.

A incapacidade de absorver a mão de obra ofertada no mercado de trabalho, advem de fatores diversos estruturais como o processo de migração levando o mercado de trabalho a uma mudança na posição de ocupação. Esta mudança resulta no aumento do setor informal da economia, onde as relações empregatícias são precárias.

Convém porém, salientar que esta mudança no perfil de ocupação não deve ser associada a implantação do Plano Real, pois segundo dados da PME, estas tendências se apresentam desde o início da década , independente das flutuações conjunturais.

No que diz respeito à distribuição e nível médio de renda, podemos associar ao Plano Real pontos positivos, pois após a sua implantação nota-se uma nítida mudança com relação ao período anterior, observando-se um aumento significativo de renda para os ocupados no setor informal, invertendo, portanto, a tendência de queda generalizada que vinha apresentando.

Enfim, os principais impactos do Plano Real sobre a estrutura do mercado de trabalho brasileiro foram: 1) Estabilizar o nível de desemprego, apesar de ser em níveis elevados. Já a partir de 1997 este passa a dificultar a solução deste problema social, ao impedir que a economia cresça em ritmo acelerado. 2) A partir de sua implantação o nível de renda média dos ocupados apresentou uma inversão de tendência à queda, diminuindo as desigualdades entre o setor formal e informal com relação a renda almejada.

Referências bibliográficas

- AMADEO, Edward. Mercado de Trabalho Brasileiro – Rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho. Capturado em 09/jul/1999 via on-line disponível na internet (<http://www.mtb.gov.br/public/mercado>).
- ARANDIA, Alejandro K. Entre Perdas e Poucos Danos, o Mercado de Trabalho Espera a Sua Vez. Indicadores Econômicos, Porto Alegre, Fund. De Estudos Econômicos, v. 22, n.2, ago/94.
- AZEVEDO, José S. G. de, MENEZES, Wilson F. Mudanças nos mercados de trabalho de algumas regiões metropolitanas: desemprego e informalidade. Força de Trabalho & Emprego. Salvador, v.14, n.1/2/3, p.2-12. Dez/1996.
- AZÊVEDO, José S. G. Mudanças no padrão de ocupação na RMS. Bahia: Análise & Dados. Salvador, SEI, v.8, n.4, p.27-35, mar/1999.
- BACHA, Edmar L. O Plano Real: Uma avaliação. In: MERCADANTE, Aloísio (Org.). O Brasil pós-Real: A política econômica em debate. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1997.
- BACHA, Edmar L. Plano Real: Uma segunda avaliação. In: O Plano Real e outras experiências internacionais de estabilização. Brasília: IPEA/CEPAL, 1997.
- BRAGA, Thaiz S., FERNANDES, Cláudia M. Informalidade e ocupação não-registrada na RMS. Bahia: Análise & Dados. Salvador, SEI, v.8, n.4, p.27-35, mar/1999.

- BRITO, Paulo R. A. Política Econômica Brasileira e Contemporânea. Salvador: BIGRAF. 1998.
- CAMARGO, José M. Flexibilidade e produtividade do mercado de trabalho brasileiro. In: CAMARGO, José M. (Org.). Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p.11-45.
- CHAHAD, José P.Z. Mercado de Trabalho: Conceitos, definições e funcionamento. In: PINHO, Diva B. & VASCONCELLOS, Marco A.S. de (Orgs.), Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 1992. p.379-403.
- DEDECCA, Cláudio S., BALTAZAR, Paulo E. de A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. Estudos Econômicos. São Paulo: IPEA, v.27, n. especial, p.65-84, 1997.
- EQUIPE DE ANÁLISE CONJUNTURAL. Problemas estruturais e a necessidade de crescimento econômico, Conjuntura e Planejamento, Salvador, SEI, n.23, p. 3-5, mar/96.
- FILGUEIRAS, Luiz A. M. Os impactos do Plano Real sobre as taxas de desemprego, Conjuntura e Planejamento, Salvador, SEI, n. 27, p. 6-10, ago/96.
- FILGUEIRAS, Luiz A. M. Plano FHC: de “âncora cambial” à “âncora salarial”, Conjuntura & Planejamento. Salvador: SEI, n.14, Agos/1995.
- GUIMARÃES, José R. S. Distribuição dos rendimentos na RMS Conjuntura & Planejamento. Salvador: SEI, n.33, p. 9-13, fev/97.
- HOFFMANN, Rodolfo. Projeto Rurbano. Instituto de Economia – Projeto Rurbano. Capturado em 08/nov/1999 via on-line disponível na internet(<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurhoff.html>).

IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Capturados em 15/jun/1999 via on-line disponível na internet (<http://www.ibge.gov.br>).

KEYNES, John M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Atlas, 1982.

KILSZTAJN, Samuel. Ancoragem cambial e estabilização. In: SAWAYA, Rubens. O Plano Real e a política econômica. São Paulo: Educ, 1996,p.31-29.

LACERDA, Antônio C. Os paradoxos da política econômica do Real In: SAWAYA, Rubens. O Plano Real e a política econômica. São Paulo: Educ, 1996, p.13-29.

MENDONÇA, Jair. Plano Real não conseguiu distribuir a renda. A Tarde. Salvador, p.11, 04/jul./99.

MENEZES, Vladson. O Real ano 2: desafios e perspectivas. Conjuntura & Planejamento, Salvador: SEI, n.14, Jul/1995.

PRICE WATERHOUSE. Programa de estabilização econômica – “Plano Real”. São Paulo: PRICE WATERHOUSE, 1996.

ROCHA, Zilton. Radiografia do Trabalho em Salvador. Salvador: EGBA, 1998.

SACHS, J. d., LARRAIN, B. F. Macroeconomia. São Paulo: Makron Books, 1995.

SAFATE, C. Resultados da estabilização. Balanço Anual, São Paulo, Gazeta Mercantil, p.22-27.1995/96.

SAYAD, João. Observações sobre o Plano Real, Estudos Econômicos, São Paulo, Instituto de Pesquisa Econômica, USP, v.25, n. especial, dez/96.

SILVA, Paulo C. R. da. Indicadores econômicos. Capturados em 30/out/1999 via on-line disponível na internet (<http://www.geocities.com/Paris/Rue/5045/ESTATIST.html>).

URANI, André. “Ajuste macroeconômico e flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil:1981-95”. In: CAMARGO, José M. (Org.). Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 95-156.